



À Prefeitura Municipal de Guarapari/ES

SEMAD

Comissão Permanente de Licitação - COPEL

REF: Concorrência Eletrônica nº 04/2024.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA TRAJANO LINO GOLÇAVES, NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES

A Empresa Astori Construções e Montagens Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.372.808/0001-84, já qualificada nos autos do processo desta licitação pública, representada pelo sócio infra assinado, nos termos do Item 14.2 do Edital em epígrafe, c/c parágrafo 4º do art. 165 da Lei 14.133/21, tempestivamente, vem apresentar a V.Sas.:

CONTRARRAZÕES,

Em face dos recursos administrativos interpostos pelas empresas Moro Construção e Terraplanagem Ltda e Santiago Engenharia Ltda, pelos quais requerem a inabilitação da empresa Astori, pelo que se segue:

DOS FATOS

A empresa Astori Construções e Montagens Ltda, no interesse de concorrer para a execução do objeto listado na licitação em questão, apresentou sua proposta econômica final, sagrando-se vencedora do certame, contudo, a empresa recorrente apresentou questionamentos acerca da sua documentação, para os quais apresentamos a seguir as devidas explicações legais .

De forma tempestiva e nos termos da lei, vem por meio desta apresentar suas contrarrazões que levarão aos interessados e em especial à Ilustríssima COPEL acerca do entendimento pela habilitação de sua proposta, nestes termos:



DO DIREITO

Inicialmente cabe-nos salientar de que o momento oportuno para a apresentação da exequibilidade de uma proposta se dá a partir do momento em que a administração pública assim o exige da empresa vencedora, nos termos do inciso IV do artigo 59 da lei 14.133/21, desta feita, não se pode afirmar que uma proposta seja inexequível antes mesmo da apresentação da composição pela qual foi formulada.

Neste íterim, é preciso entender que um preço de determinado serviço pode ser inexequível para uma empresa, e ao mesmo tempo ser exequível para outra, a depender de especificidades do serviço e de seus encargos, e de como cada empresa lida com tais parâmetros, como exemplo, sua carga tributária, capacidade de negociação, fontes alternativas, e custos logísticos.

É justamente nesse entendimento da diversidade de parâmetros a serem analisados que o TCU decidiu em plenário, através do Acórdão 465/2024, que o texto do § 4º do artigo 59 da lei 14.133/21 possui entendimento de presunção relativa quanto à inexequibilidade de uma proposta.

No referido Acórdão, o TCU apresenta de forma clara e inequívoca que, após cogitada a inexequibilidade de uma proposta, o órgão julgador da administração pública deve permitir que a empresa que apresentou tal proposta demonstre sua exequibilidade, nos termos do § 2º do artigo 59 da lei 14.133/21, de onde destacamos:

"Consoante exposto anteriormente, a Lei 14.133/2021 delimitou a inexequibilidade a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. No entanto, considerando o disposto na Súmula - TCU 262 e em diversos julgados do TCU, ainda sob a égide da Lei 8.666/1993, esse limite também pode ser considerado para fins de presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

De plano, reforça esse entendimento para coadunar com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, que também pautam as licitações públicas, ademais, no interesse em nome do erário público, conforme os princípios da economicidade e competitividade.



DO RECURSO ADMINISTRATIVO (Moro Construção e Terraplanagem Ltda)

A empresa Moro Construção e Terraplanagem Ltda, na tentativa de induzir quanto à inexecutabilidade da proposta da empresa Astori, traz em sua peça jurisprudência (2023) do TCU onde o estudo em questão é uníssono no contexto literal do caput do artigo 59 da lei 14.133/21, porém, não analisando todo seu escopo, em especial, não levando em consideração o seu § 2º, que reza sobre a possibilidade de comprovação da executabilidade da proposta, além do mais, tal manifestação está ultrapassada visto existir entendimento posterior do próprio órgão e aqui apresentado pela empresa Astori, cuja seção se deu em março de 2024.

Outrossim, quanto à alegação da recorrente pela ausência de algumas composições na planilha da empresa Astori, foram apresentadas inicialmente as correspondentes a itens com valor igual ou superior a 4% do total da proposta, por possuírem maior relevância, nos termos do § 1º do artigo 67 da lei 14.133/21.

Ainda sobre apresentação de composições, o Acórdão 870/2022 do TCU reforça que apenas deve ser exigida da proposta vencedora.

DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA EMPRESA ASTORI

Apresentamos em anexo a composição de custos dos itens da planilha, comprovando sua executabilidade, declarando assim a total condição técnica e financeira de executar o objeto da presente licitação.

Fato que corrobora tal assertiva, apenas buscando no município de Guarapari, onde no decorrer dos últimos dois anos possui 12 (doze) obras entre concluídas e em andamento, estas últimas, dentro do cronograma, destacando-se a reforma da Feira do Artesanato (CP 04/2023), onde incluindo os aditivos, alcança 4 milhões de reais, estando em fase final (84,67% do cronograma) e vencida com 35,14% de desconto.

Portanto, novamente lembrando que, a executabilidade ou a inexecutabilidade é relativa, no caso em concreto, a empresa Astori apresenta histórica e comprovadamente capacidade técnica, administrativa e financeira de executar o presente objeto.



DO RECURSO ADMINISTRATIVO (Santiago Engenharia Ltda)

DA ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

A empresa Santiago Engenharia Ltda, na tentativa de induzir quanto à inexecutabilidade da proposta da empresa Astori, aduz pela ausência de algumas composições na planilha proposta, e desta forma, alega não ser possível comprovar a sua executabilidade, porém, como já exposto anteriormente, foram apresentadas as composições de itens com valor igual ou superior a 4% do total da proposta, por possuírem maior relevância, nos termos do § 1º do artigo 67 da lei 14.133/21.

Reiteramos também acerca da apresentação de composições ser devida apenas da empresa vencedora, após solicitação expressa, conforme o Acórdão 870/2022 do TCU, ademais, a alegação da recorrente de que o edital exige a apresentação da composição juntamente com a proposta, a alínea “c2” do item 1.1 expressa única e exclusivamente a apresentação da planilha orçamentária, não mencionando sobre a composição.

Concomitante a esta explanação, reiteramos o escopo do Acórdão 465/2024 do TCU que alude ao texto do § 4º do artigo 59 da lei 14.133/21, definindo como relativa a presunção de inexecutabilidade de uma proposta com desconto no preço superior a 25%.

DA EXECUTABILIDADE DA PROPOSTA DA EMPRESA ASTORI

Apresentamos em anexo a composição de custos dos itens da planilha para comprovação técnica da executabilidade da proposta apresentada, asseverando o já exposto sobre a capacidade técnica, administrativa e financeira da empresa Astori em executar o presente objeto.



DA ALEGAÇÃO DE DESATUALIZAÇÃO DA CERTIDÃO DO CREA

A empresa Santiago Engenharia Ltda apresentou alegação de desatualização da certidão de registro e quitação (CRQ/CREA-ES) da pessoa jurídica Astori, quanto à falta de atualização da última alteração contratual, qual seja, a inclusão de CNAEs referentes a comércio varejista de material de construção e de plantas ornamentais.

O artigo 64 lei 14.133/21 prediz na parte final de seu caput que é possível, em sede de diligência, a apresentação de documentação posterior à entrega dos documentos para habilitação no caso de complementação de informações acerca de documentos já apresentados (Inciso I, art 64, 14.133/21), para apurar fatos à época da abertura do certame.

Neste sentido, é preciso entender que o documento em tela, a CRQ/CREA-ES, devidamente apresentada na fase de habilitação, é documento passível de apresentação posterior para averiguação em sede de diligência, através de uma certidão atualizada, para identificação da real importância dos referidos CNAE no contexto de eventual prejuízo para os concorrentes, não para validar a certidão apresentada, mas dentro dos parâmetros trazidos pela nova lei de licitações no citado artigo, para complementar informações.

De plano, há que se observar que a referida alteração contratual se refere à inclusão de dois CNAE referente a comércio varejista de material de construção e de plantas, constando como cláusula segunda, a permanência das demais cláusulas do contrato primitivo, ou seja, não há qualquer relação entre os CNAE não atualizados com o objeto da licitação.

Desta forma, a ausência destes CNAE na certidão do CREA não fere o processo licitatório em questão por não atingir seu objeto, assim, também não causa prejuízo para os demais concorrentes, sem falar ao município, de novo, atendendo ao princípio da economicidade.

Como forma de complementar as informações, apresentamos a certidão do CREA atualizada, em especial p/ verificação do CNAE em contraposição com o objeto em questão.



De outra forma, independente da apresentação posterior de documentação que complemente os dados da empresa, o pedido de inabilitação pela simples falta de atualização cadastral na CRQ/CREA-ES constitui excesso de formalismo, o que podemos acompanhar em algumas decisões de Tribunais superiores, a saber:

TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv: AI XXXXX12023311001 MG
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - INDEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR - PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO OU DE INCLUSÃO DA IMPETRANTE NAS DEMAIS ETAPAS DO CERTAME - REQUISITOS DO EDITAL - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DEVIDAMENTE COMPROVADA - SUPERVENIENTE MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA - FORMALISMO EXACERBADO - DEFERIMENTO DA MEDIDA LIMINAR - RECURSO PROVIDO . A licitação rege-se pelo princípio da vinculação ao edital; as disposições do ato convocatório obrigam a Administração Pública e os concorrentes . **A modificação do capital social da pessoa jurídica indicado na certidão de registro expedida pelo Conselho Regional não desconstitui a qualificação técnica da empresa . A inabilitação da empresa tão somente em virtude da modificação do capital social, que não guarda direta interferência na qualificação técnica da licitante, consubstancia formalismo exacerbado e não observa os interesses da Administração Pública, no sentido de proporcionar a efetiva concorrência e obter a melhor proposta** . Recurso provido. Grifo nosso

Neste julgado fica claro o entendimento de que uma alteração contratual não atualizada na CRQ/CREA-ES, desde que não interfira na qualificação técnica, não deve ser objeto de inabilitação, em nome da obtenção da melhor proposta.

Outra jurisprudência nesse sentido faz menção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, como dito anteriormente, pela ausência de nexo entre o objeto da licitação e os CNAE não atualizados, vejamos:

TJ-PR - Efeito Suspensivo: ES XX20208160000 PR XXXXX-30.2020.8.16.0000 (Acórdão)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. LICITAÇÃO. PRELIMINAR. PERDA OBJETO DEVIDO A HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. POSSÍVEL VÍCIO INSANÁVEL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 5 DAS 4 E 5 CÂMARAS DO TJPR. MÉRITO. EMPRESA HABILITADA. **INSURGÊNCIA ANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO DESATUALIZADO JUNTO AO CREA/PR. CERTIDÃO SEM AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES DE CONTRATO SOCIAL. INSCRIÇÃO NA AUTARQUIA DEVIDAMENTE COMPROVADA. EXCESSO DE FORMALISMO EVIDENCIADO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. ESCOLHA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO.** DECISÃO MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. (TJPR - 4ª C. Cível - XXXXX-30.2020.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes - J. 02.03.2021) Grifo nosso



DO PEDIDO

Por tudo exposto, a empresa Astori Construções e Montagens Ltda requer o recebimento deste contra recurso, e requer o seu deferimento, mantendo sua habilitação e o resultado da licitação.

Com os devidos préstimos de elevada estima,

Pede deferimento,

Subscreve,

Guarapari, 26 de agosto de 2024